



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária
Natal/RN CEP 59065-555

Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.742/2020-CGMP

Assunto: Consulta

Interessada: Micaele Fortes Caddah

PARECER

Trata-se de consulta formulada pela 11ª Promotora de Justiça de Mossoró/RN sobre a obrigação de parar o andamento de todos os demais feitos extrajudiciais para minutar ações civis públicas no bojo do Inquérito Civil nº 04.23.2357.0000014/2015-58, que investiga quase mil servidores que estão na folha de pagamento do Município de Mossoró/RN, sem o respectivo concurso público.

Faz referência ao princípio da eficiência e menciona que as referidas ações poderiam ter sido elaboradas pelo CAOP Patrimônio Público ao longo de mais de um ano, vez que remeteu o referido procedimento ao aludido órgão de apoio operacional em 18/12/2018.

Anexou os documentos de nºs 403261, 405240, 263370 e 263375.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre registrar que a consulta foi encaminhada pela unidade ministerial e não pelo membro. Todavia, consta despacho subscrito pela Promotora de Justiça Micaele Fortes Caddah respaldando e viabilizando sua análise.

No desempenho de suas atribuições extrajudiciais, através das ferramentas existentes, a exemplo do Inquérito Civil, dentre outras, o membro do Ministério Público deve buscar o cumprimento dos prazos, bem como uma atuação



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária
Natal/RN CEP 59065-555

Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

resolutiva, ou seja, proativa, dinâmica, preventiva, planejada, executada e efetiva, monitorando seus resultados.

Uma atuação ministerial eficiente é aquela que busca produzir resultados que atendam às necessidades da coletividade de modo ágil e preciso, evitando burocracias desnecessárias ao alcance dos objetivos de forma eficaz.

Sobre o referido princípio constitucional da Administração Pública, diz a autora MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

“O princípio apresenta-se sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, e também com o intuito de alcance de resultados na prestação do serviço público”¹

Ainda sobre o tema, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO esclarece o seguinte:

“...o fato é que tal princípio não pode ser concebido (entre nós nunca é demais fazer ressalvas óbvias) senão na intimidade do princípio da legalidade, pois jamais uma suposta busca de eficiência justificaria postergação daquele que é o dever administrativo por excelência.”²

Em síntese, à luz do princípio da eficiência, faz-se necessária a combinação da melhor atuação possível do membro com a organização e estruturação do serviço a ser prestado, com o objetivo de produzir resultados positivos e satisfatórios no exercício das atribuições legais.

Insere-se nesse contexto a avaliação da prestação da atuação do membro, realizada por ocasião da atividade correicional da Corregedoria-Geral, tudo em

1 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2002, p.83.

2 DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2001, p.92.



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária
Natal/RN CEP 59065-555

Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

conformidade com os critérios objetivos do merecimento previstos na Resolução nº 002/2018-CSMP, em especial em seu Anexo.

Observe-se que a avaliação da prestação, no campo extrajudicial, abrange a atuação resolutiva, o alinhamento ao planejamento estratégico e a articulação social e institucional, conforme os vários questionamentos pertinentes a cada uma dessas subdivisões no relatório de correição, iniciando-se pela informação sobre a adoção ou não de linha prioritária de atuação e critérios utilizados para essa escolha pelo membro.

Com isso, orienta a Corregedoria-Geral que cabe ao membro a organização da sua unidade ministerial, com a definição de sua linha de atuação, metas e prioridades, sempre sob os parâmetros legais e constitucionais que regem suas atribuições.

No caso presente, o membro questiona a obrigação de parar o andamento dos demais feitos extrajudiciais para minutar ações civis públicas referentes ao Inquérito Civil nº 04.23.2357.0000014/2015-58, por se tratar de feito que investiga quase mil servidores irregulares na folha da Prefeitura de Mossoró.

Afirma que remeteu o procedimento extrajudicial em tela ao CAOP-Patrimônio Público em 2018, para a confecção das peças cabíveis, tendo os autos sido devolvidos à unidade ministerial sem as respectivas ações, não constando, porém, nenhuma informação sobre eventual justificativa do órgão de auxílio operacional para a devolução nesses termos.

Com efeito, no que respeita ao auxílio do CAOP, é importante que o membro e o respectivo Coordenador avaliem conjuntamente o tipo de apoio pertinente ao caso, como, por exemplo, o fornecimento de modelos de peças, definindo os pontos que podem ser subsidiados pelo referido órgão.



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Corregedoria-Geral do Ministério Público

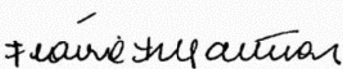
Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária
Natal/RN CEP 59065-555
Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

De todo modo, voltando a atenção para a consulta apresentada, a resposta é negativa, vez que não há obrigação de paralisação dos demais feitos internos para concentrar a atuação em um único procedimento extrajudicial. Nessa ordem de ideias, destaque-se que cabe ao membro eleger as prioridades da atuação, conforme as demandas e o acervo da unidade, especialmente no que respeita a eventual existência de feitos urgentes ou que estejam próximos da prescrição.

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual nº 141/1996, para que a consulta seja respondida nos termos acima.

É o parecer que submeto à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 07 de maio de 2020.


Flávia Felício Mathias da Silva
Promotora Corregedora I



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555
Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Procedimento nº 19.742/2020-CGMP

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Micaele Fortes Caddah

DECISÃO

Aprovo e adoto o parecer da lavra da Promotora Corregedora Flávia Felício Mathias da Silva (fls. 09-12), como razão de decidir.

Encaminhe-se cópia do referido parecer, bem como da presente decisão, à Promotora de Justiça Micaele Fortes Caddah, para ciência.

Cumpridas as formalidades de estilo visando à instrução e à conclusão do procedimento, resta esgotado o objeto dos presentes autos.

Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

Efetue-se a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, **remetam-se** os autos ao arquivo.

Cumpra-se.

Natal, 08 de maio de 2020.



Carla Campos Amico
Corregedora-Geral do Ministério Público